Membros e servidores do E.TJPA, TCE-PA, TCM-PA e MPC-PA, vigentes no exercício de 2023;

CONSIDERANDO a disponibilidade orçamentária e financeira do MPCM-PA atestada pela Diretoria Financeira/Planejamento para o exercício de 2023; RESOLVE:

Art. 1º. O Membro ou servidor que se deslocar, em razão do serviço, para localidade diversa da sede do MPCM/PA, fará jus à percepção de diárias, sem prejuízo do custeio das passagens ou do pagamento de indenização de transporte, inclusive quando o deslocamento se der em veículo próprio. 1º As diárias concedidas aos Membros e servidores destinam-se a indenizar despesas extraordinárias com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

2º Não será devida diária quando o deslocamento ocorrer na Região Metropolitana de Belém, salvo quando houver necessidade de pernoite.

Art. 2º. As diárias serão concedidas somente com autorização prévia e expressa do Procurador-Geral, de ofício ou mediante requerimento do Membro ou servidor.

1º O requerimento deverá ser protocolado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para o deslocamento terrestre ou aéreo nacional e de 30 (trinta) dias para o deslocamento aéreo internacional.

2º Nos casos excepcionais em que, por motivo de urgência, não for possível cumprir os prazos estipulados no §1º, o interessado deverá justificar a especificidade da situação.

Art. 3º. As diárias serão concedidas por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede do MPCM/PA.

Parágrafo único: Para efeito de concessão de diárias, poderá ser considerado afastamento até um (01) dia antes da data do evento, para o deslocamento do servidor ou Membro.

Art. 4º. O ato concessivo de diárias deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, contendo o nome do beneficiário, cargo ou função, destino, objetivo do afastamento, sua duração, quantidade de diárias concedidas e respectiva autorização.

Art. 5º. O beneficiário das diárias deverá apresentar Relatório de Viagem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do retorno à sede do MPCM/PA, perante o setor competente, sob pena de devolução dos valores recebidos.

Parágrafo único: O relatório a que se refere o caput deverá ser instruído com os cartões de embarque ou qualquer outro documento que ateste o efetivo deslocamento, descrição das atividades desempenhadas e comprovação da participação do evento.

Art. 7º. Na hipótese de cancelamento da viagem, o servidor ou Membro é obrigado a restituir ao MPCM integralmente o montante recebido a título de diárias no prazo máximo e improrrogável de 48h (quarenta e oito horas).

Art. 8º. Os valores das diárias a que fazem jus os Membros e Servidores do MPCM/PA, estão fixadas no anexo I desta Resolução.

Art. 9º. As diárias internacionais corresponderão ao valor da diária nacional para fora do Estado, acrescida de 70% (setenta) por cento, convertida em dólar americano, utilizando-se o valor do câmbio oficial correspondente ao dia do pagamento da diária.

Art. 10º. A unidade de controle interno do MPCM/PA exercerá a fiscalização da execução desta Resolução.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Belém, 05 de julho de 2023

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Procuradora-Geral do MPCM-PA

MARIA REGINA CUNHA

Corregedora-Geral do MPCM-PA

MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Ouvidora-Geral do MPCM-PA

ANEXO I

DIÁRIAS - MPCM/PA		
DESCRIÇÃO	DESLOCAMENTO (NACIONAL)	
MEMBROS	DENTRO DO ESTADO	R\$1.135,00
	FORA DO ESTADO	R\$1.260,00
SERVIDORES	DENTRO DO ESTADO	R\$600,00
	FORA DO ESTADO	R\$950,00

RESOLUÇÃO N.º 005/2023/MPCM/PA, de 05 de julho de 2023 – Colégio de Procuradores

O COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no art. 13, VI e art. 99, do Regimento Interno deste MPCM/PA;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração e aperfeiçoamento do Regimento Interno do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

CONSIDERANDO as deliberações realizadas no dia 05.07.2023 na reunião do Colégio de Procuradores de Contas dos Municípios;

CONSIDERANDO que o Colégio de Procuradores do MPCM/PA, atualmente, é composto exclusivamente por três membros;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o inciso V, do artigo 16 da Resolução nº 05/2022 – MPCM/PA.

Art. 2º. O art. 75 da Resolução nº 05/2022 – MPCM/PA passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 75. Os membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará terão anualmente 60 (sessenta) dias de férias individuais, respeitado o disposto em Lei ou em ato normativo do Colégio de Procuradores: (...)

3º - Compete ao Corregedor e, em sua ausência e/ou afastamentos, ao Ouvidor, autorizar a concessão de férias, licenças, afastamentos, viagens e conversão de férias e licença prêmio em pecúnia ao Procurador-Geral de Contas.”

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Belém, 05 de julho de 2023.

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Procuradora-Geral do MPCM-PA

MARIA REGINA CUNHA

Corregedora-Geral do MPCM-PA

MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Ouvidora-Geral do MPCM-PA

RESOLUÇÃO N.º 006/2023/MPCM/PA, de 05 de julho de 2023 – Colégio de Procuradores

O COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no art. 13, V, do Regimento Interno deste MPCM/PA;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas regulamentares nos casos de substituições de servidores investidos em cargo ou função de direção, coordenação, chefia ou funções gratificadas;

CONSIDERANDO como referência as regulamentações do TCM-PA e MPC-PA, vigentes no exercício de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Os servidores investidos em cargo de direção, coordenação ou chefia, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular, poderão ser substituídos, temporariamente, mediante designação da Procuradora-Geral do MPCM/PA.

Parágrafo único. O substituto, na forma do caput deste artigo, fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção, coordenação ou chefia, nos casos em que o afastamento ou impedimento do titular for superior a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

Art. 2º. O disposto no artigo anterior não se aplica aos cargos ou funções organizadas em nível de assessoria.

Art. 3º. As substituições seguirão, preferencialmente, as seguintes regras: 1º - O cargo de Secretário será substituído pelo Chefe de Gabinete do Procurador-Geral.

2º - Os cargos de diretoria e coordenação técnica serão substituídos por servidores de mesma hierarquia.

3º - Os cargos de Chefe de Gabinete serão substituídos pelo coordenador técnico e, em sua ausência, por servidor ocupante do cargo de Assessor Especial I.

4º - Os cargos de Chefe de Divisão serão substituídos por servidores que possuam escolaridade compatível com a exigência do cargo comissionado a ser exercido e, preferencialmente, devendo recair em servidor lotado na unidade do substituído;

Art. 4º. O substituto assumirá cumulativamente, sem prejuízo de suas atribuições, o exercício do cargo para o qual for designado.

1º - O substituto investido em cargo em comissão deverá optar entre a remuneração da substituição ou a que originalmente percebe.

2º - O ocupante de cargo efetivo quando designado para substituir servidor em cargo em comissão poderá optar pela remuneração deste ou pela que originalmente percebe.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Belém, 05 de julho de 2023

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Procuradora-Geral do MPCM-PA

MARIA REGINA CUNHA

Corregedora-Geral do MPCM-PA

MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Ouvidora-Geral do MPCM-PA